



Associação de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO



UNIVERSIDAD
DE LA REPUBLICA
URUGUAY

Fronteira Noroeste RS/Brasil - Os Rios e os Conflitos Socioambientais Relacionados

Horacio Rodrigo Souza Rodrigues ^a, Carlos Roberto da Silva Machado ^b

^a *Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Brasil, horacio.r.sr@gmail.*

^b *Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Brasil, carlosmachado2004furg@gmail.com.*

RESUMO: Este trabalho apresenta dois conflitos socioambientais da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul/Brasil, ambos relacionados a rios da região, que foram identificados através do mapeamento em jornais de circulação regional do período de 2014 a 2019. Este mapeamento consiste na etapa inicial de uma pesquisa mais ampla, do campo da Educação Ambiental. O primeiro conflito consiste na mobilização popular para mitigação dos problemas decorrentes das enchentes no Rio Pessegueirinho (Santa Rosa/RS); O segundo na luta contra a instalação do complexo de barragens de Garabi/Panambi no Rio Uruguai, por parte da população ribeirinha brasileira e argentina.

PALAVRAS CHAVE: Fronteira Noroeste/RS, Conflitos Socioambientais, Educação Ambiental, Água, Enchentes, Barragens.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui uma etapa de uma pesquisa de mestrado em andamento no Programa de pós Graduação em Educação Ambiental - PPGEA, da Universidade Federal do Rio Grande, que busca nas narrativas de grupos que sofrem a Injustiça Ambiental (ACSELRAD, 2009) possibilidades de contribuição aos fundamentos da Educação Ambiental. Para identificar estes grupos, está sendo realizado um mapeamento dos conflitos socioambientais e problemas ambientais nos jornais de circulação local na região do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. A escolha da região se dá especialmente pela relação de pertencimento que o autor desta pesquisa tem com a mesma, pela sua história de vida.

Para o campo da Educação Ambiental, tal pesquisa se justifica ao considerar que o aprofundamento da discussão teórica sobre a crise socioambiental que vivenciamos é um dos objetivos do programa de pós-graduação em Educação Ambiental (PPGEA, 2011). Esta crise se constitui e se fundamenta na organização da sociedade, tendo no sistema de produção capitalista a sua produção e sustentação. O atual cenário é alarmante, a ideologia neoliberal (do capitalismo atual) que produz e reproduz nossas relações econômicas, políticas, sociais e pessoais, orientando-as ao individualismo e à lógica de mercado (DARDOT E LAVAL, 2016), o que impõem um desafio ainda maior as iniciativas de contrapor a lógica de degradação ambiental que se ancoram no sistema de produção e consumo que produz esta ideologia.

A vigência desta situação sustenta o cenário de desigualdade social e de crise ambiental, verificada no extremo sul do Brasil através do mapeamento de conflitos realizado pelo Observatório de conflitos do Extremo Sul do Brasil, o que nos leva a classificar a região como Zona de Sacrifício (MACHADO et al, 2013). Este mapeamento sustenta a metodologia inicial deste trabalho (mapeamento dos conflitos), pois este cenário se estende para além desta região, e dele podemos evidenciar que no cerne desta crise vigora a desigualdade e a injustiça ambiental. Por desigualdade ambiental entende-se o acesso desigual de grupos ao meio ambiente, já a injustiça ambiental se configura pelo desproporcional ônus ambiental suportado pelas comunidades que não detêm po-

der político-econômico, em benefício de grandes empreendimentos que saqueiam os territórios onde se instalam (ACSELRAD, 2009).

A situação de crise se baseia justamente no pressuposto do capitalismo que é a desigualdade, portanto para que seja possível superar esta crise que além de ambiental é do capitalismo em si, devemos buscar a construção e fortalecimento de outras relações. O que não é tarefa trivial, pois a ideologia neoliberalizante não atua somente no âmbito macro, mas desde as mínimas relações de poder (DARDOT E LAVAL, 2016), fato este que obriga com que a ação e organização em prol das mudanças societárias estejam articuladas com processos educativos que instrumentalizam a produção e a reprodução do mundo justo e solidário que se almeja construir para além da injustiça social e ambiental.

Diante disso, a Educação Ambiental, se apresenta como ferramenta. A relação da sociedade com a natureza e das pessoas com as outras, dentro dessa sociedade, podem ser problematizados e repensados através da educação, esta enquanto processo formativo e reflexivo em cada um de nós que pode levar a constituição de sujeitos que de fato possam organizar alternativas que caminhem para esta superação. Dentro da concepção crítica, transformadora e emancipatória da Educação Ambiental, um entendimento que tem se formado é de que para além da Educação Ambiental ser para e com os grupos que sofrem a Injustiça Ambiental, deve ser realizado desde estes grupos (SANTOS et al, 2015). Esta concepção, chamada de educação para a Justiça Ambiental (ACSELRAD, 2009) parte do pressuposto da iniciativa vir dos próprios grupos, demandantes em conflitos socioambientais, e ser autogerida por eles.

2 DO MAPEAMENTO E CONFLITOS IDENTIFICADOS

A identificação dos conflitos e problemas (e dos discursos que os justificam) será utilizada como ponta pé inicial do processo de pesquisa, ou seja, o presente trabalho constitui uma parte da pesquisa como um todo, tendo por objetivo demonstrar quais os conflitos e problemas que na contemporaneidade (o recorte temporal será dos últimos cinco anos, 2014-2019) ocorreram na região e, a partir disso identificar e sistematizar os discursos que justificam os mesmos. Além disso servirá para identificar os grupos que constituirão o recorte do restante da pesquisa de mestrado.

A importância de partir-se dos conflitos socioambientais se dá pelo fato dos mesmos constituírem uma ruptura na realidade enquanto normalidade (MORAES E MACHADO, 2016). No conflito evidenciam-se os interesses de ambos os pólos (demandante e demandado), deixando mais explícitos os discursos que justificam ambas as posições. Para além dos conflitos, o mapeamento também busca por problemas ambientais, considerando que mesmo um determinado tipo de dano ambiental não esteja provocando um conflito (explícito, através da mobilização por parte dos grupos atingidos, ou latente), nele podem ser identificados grupos que sofrem com este problema. Além disso, problemas ambientais que são causados diretamente pela ação antrópica podem ser identificados os seus causadores.

Portanto os conflitos estão sendo catalogados através dos seus dois lados envolvidos (demandantes e demandados), seu local de manifestação, de publicização, temática e período/data. Já os problemas também estão sendo catalogados em todos estes atributos, porém neles os envolvidos estão sendo identificados podendo constar somente um dos pólos, seus causadores ou seus atingidos.

O mapeamento aqui referido ainda está em processo de finalização, porém os dois principais conflitos relacionados ao meio ambiente já puderam ser evidenciados, ambos envolvendo a temática dos rios, um relacionado às enchentes, onde o conflito mostra a luta das populações ribeirinhas do Rio Pessegueirinho (dentro da área urbana de Santa Rosa) frente a prefeitura municipal para a criação de políticas públicas que resolvessem esse problema; outro relacionado a luta da popula-



Asociación de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO



UNIVERSIDAD
DE LA REPÚBLICA
URUGUAY

ção ribeirinha do Rio Uruguai (divisa brasileira com a Argentina, ao longo de toda a região), contra a construção do complexo de barragens Garabi/Panambi.

Quanto a questão das enchentes, as que ocorrem no Rio Pessegueirinho se inserem como temática do conflito evidenciado, mas também podem ser tratadas enquanto problema ambiental, considerando que outros fatores também podem ser incluídos na produção desta situação para além da prefeitura municipal, como empresas também instaladas as margens deste Rio. Além disso, estas enchentes também ocorreram no Rio Uruguai, sendo noticiadas e catalogadas enquanto problemas ambientais, pois apesar de causarem muitos transtornos e prejuízos, não mobilizaram os grupos atingidos para cobrança de soluções a algum demandado específico, mesmo que as prefeituras das cidades ribeirinhas/portuárias assumissem os ônus pela mitigação e reparação dos impactos deste problema. Neste caso (Rio Uruguai) as enchentes são históricas e a mobilização para a resolução dos seus efeitos se dá de maneira conjunta entre a população atingida e os agentes públicos.

Já sobre a construção das barragens, o conflito evidenciado não se relaciona com problemas ambientais existentes atualmente, pois a barragem está em fase de projeto. O que ocorre é a tentativa de implementação de um megaprojeto de geração de energia, que causará o alagamento de uma grande área, tanto da região noroeste do Rio Grande do Sul quanto da província de Misiones, Argentina.

Os demandantes identificados são para o primeiro conflito (enchentes do Rio Pessegueirinho) a população ribeirinha organizada em luta contra a prefeitura municipal de Santa Rosa, que neste caso é o ente demandado e para o segundo conflito (barragem Garabi/Panambi no Rio Uruguai) a população organizada contra a construção da barragem, nos municípios ribeirinhos do Rio Uruguai, tanto do lado brasileiro quanto do lado argentino, neste caso os demandados são o governo brasileiro e argentino, bem como o consórcio de empresas vencedores da licitação para estudo e execução do projeto (Engevix e Intertechne, brasileiras, Consular, Grupo Mesopotâmico, IATA-SA e Latinoconsult, argentinas).

2.1 *Enchentes no Rio Pessegueirinho*

Assim como todo o interior do estado a região sofreu o processo de êxodo rural a partir da década de 60, que compeliu aos pequenos produtores menos abonados a venderem suas terras e ocupar as periferias da cidade, em Santa Rosa as principais vilas periféricas se formaram neste processo (RODRIGUES, 2016), tendo como orientação de ocupação a proximidade com o Rio Pessegueirinho (MARTIN, 2014), a exemplo da ocupação inicial da cidade, porém na outra margem em relação ao que viria a ser o centro da cidade.

Nestas vilas, as áreas menos nobres do loteamento, que localizam-se muito próximas ao Rio, sofrendo risco ambiental, são consideradas áreas verdes reservadas a não habitação, porém a condicionante econômica leva estas áreas a serem ocupadas por aquelas famílias que não possuem condições de adquirir terreno melhor, sofrendo o ônus da proximidade do Rio e das consequentes enchentes em tempos de muita chuva.

Esta ocupação também resulta em outros problemas ambientais, em especial a contaminação do leite do Rio pelo esgoto doméstico destas residências, conforme apontado por Meller et al (2012), que demonstraram haver o lançamento destes efluentes no ambiente, porém cabe-se ressaltar que este problema, da contaminação do Rio Pessegueirinho, não é de responsabilidade única dos moradores de sua margem, mas também das empresas instaladas nestas margens e de maneira geral da incapacidade do sistema de saneamento de dar conta da coleta dos resíduos domésticos.

No relato dos cidadãos santarosenses mais velhos o Pessegueirinho era um Rio de águas cristalinas que usavam para dessedentação, onde se banhavam e pescavam, porém esta realidade come-

ça a mudar ao longo dos anos, antes mesmo do loteamento das vilas e ocupação das áreas verdes, com a implantação de empreendimentos à beira do Rio, sendo eles um curtume (1918), uma indústria de beneficiamento de laticínios (1949), uma de grãos (1955), um frigorífico (1956). (CHRISTENSEN, 2008; RODRIGUES, 2016).

Esta mudança de apropriação do ambiente, transformando o que era usado de maneira não degradante, em empreendimentos que causam a degradação ambiental e em uma apropriação do território de forma desigual, que sujeita aquelas e aqueles menos favorecidos aos problemas ambientais, parece criar uma situação de injustiça ambiental, sendo os grupos mais periféricos e desabonados suportadores de um ônus desproporcional dos problemas ambientais ao passo na história escrita da cidade (CHRISTENSEN, 2008) encontram-se narrativas sobre grandes empreendedores que “desenvolveram” a região e neste processo acumularam riquezas.

Em relação às soluções encaminhadas por parte do executivo municipal para a demanda, foi efetuada a construção de um loteamento (Auxiliadora II), na área periférica do perímetro urbano do município para a realocação de 170 famílias atingidas, estas mesmas famílias, após a realocação voltaram a se mobilizar por conta de demandas na infraestrutura do loteamento, também tendo como demandada a prefeitura municipal.

Para além disso, a prefeitura buscou realizar estudos sobre possíveis ações para mitigar o problema, elaborando um plano de drenagem para a cidade. Outros estudos na área da engenharia também se dedicaram pensar soluções a partir desta ótica (BOTTINI e BACK, 2016)

2.2 Barragens de Garabi/Panambi no Rio Uruguai

O uso dos corpos d'água para geração de energia elétrica, tem um histórico de implementação conflitiva com as comunidades locais destes empreendimentos. Tanto que a resistência e a busca pela soberania destes territórios consolidou-se a nível nacional enquanto movimento, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Para além disso, a preocupação acadêmica com o tema também é objeto de estudo específico do Observatório de Barragens, vinculado ao IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

A construção de barragens constitui um avanço de megaprojetos de interesse econômico de grandes corporações do capital internacional, sendo um projeto que não avança somente sobre o Brasil, mas também em outros lugares do mundo. Este interesse foi evidenciado para o caso deste tipo de empreendimento na Índia por Shiva (2012) e compõem uma série de iniciativas que visam a privatização e a produção de lucro a partir de uma bem que hoje ainda é público, a água.

Este processo de privatização, se engendra com a perspectiva de manter os países em desenvolvimento no seu lugar de costume na economia mundial, como exportador de matéria prima e palco de grandes projetos poluidores e devastadores do meio ambiente. Esta política está atrelada ao atual avanço do neoliberalismo a nível mundial, que como afirmam Dardot e Laval (2016), desde os anos 1980 vem sendo implantado como padrão de desenvolvimento para todo globo e como nova racionalidade mundial. Independente do espectro político que ocupam os governos, desde a “esquerda” até a direita, se alinham a esta ideologia como algo que estivesse além do possível na discussão política.

No Brasil, e na América Latina como um todo, mesmo os governos de orientação democrática popular, acabaram reféns da reinvenção da política de exportação de commodities, como afirma Svampa (2012). A implantação da barragem Garabi/Panambi teve seu momento de conclusão de estudos e licitação no período do governo Tarso Genro no estado do Rio Grande do Sul, sendo o governo estadual um dos principais atores na busca da implementação deste projeto. Hoje quem busca com mais afinco esta implantação é o governo federal, através da retomada do diálogo com o governo argentino.



Associação de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO



25
al
27
2019
Montevideo

II CONGRESO DE AGUA
AMBIENTE Y ENERGÍA
AUGM



UNIVERSIDAD
DE LA REPÚBLICA
URUGUAY

As mobilizações tanto do lado brasileiro quanto do lado argentino mostraram a contrariedade ao projeto, sendo que do lado argentino foi realizado uma consulta na província de Misiones que demonstrou um rechaço de 96% da população provincial ao projeto. Do lado brasileiro os moradores, com o apoio do MAB buscam mobilizar a população local contra o projeto, desenvolvendo atividades que incluem a implementação do PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) nas comunidades que serão atingidas.

3 CONSIDERAÇÕES

Sobre estes dois conflitos evidenciados que se desenvolverá o restante do projeto de pesquisa mencionado anteriormente. A partir de agora a pesquisa caminhará no sentido de identificar materiais produzidos pelos demandados (publicações oficiais, entrevistas) que possam ser utilizados como corpus de análise do discurso, entendendo assim as justificativas destes para seus posicionamentos, tanto da prefeitura municipal de Santa Rosa, no caso das enchentes, quanto dos governos brasileiro e argentino e do consórcio para a construção das barragens, no caso de Garabi/Panamby.

Juntamente a isto, será realizada a inserção junto aos grupos demandantes para, a partir dos seus relatos, evidenciar os discursos daqueles que sofrem as injustiças ambientais nesta região, com o objetivo de a partir deles (destes sujeitos), pensar possibilidades à superação da atual crise ambiental.

4 AGRADECIMIENTOS

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de mestrado (modalidade demanda social-DS) concedida ao primeiro autor; Ao programa de Pós-graduação em Educação Ambiental – PPGA, à Universidade Federal do Rio Grande – FURG e ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar – Campus Santa Rosa, pela disponibilização da estrutura para o desenvolvimento da pesquisa.

5 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C.A.; BEZERRA, Gustavo N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 160p.

BOTTINI, Rodrigo da S; BACK, Álvaro J. **Alternativas para o problema de cheias na área urbana de Santa Rosa/RS através de modelagem matemática hidrodinâmica**. Artigo de conclusão do curso de Engenharia Civil. Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/4252/1/Rodrigo%20da%20Silva%20Bottini.pdf>

CHRISTENSEN, Teresa. **Santa Rosa história e memórias**. Santa Rosa: LM propaganda, 2008. 377p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016. 413p.

MACHADO, Carlos R.S.; SANTOS, Caio F.; ARAÚJO, Claudionor F.; PASSOS, Wagner V. (org.). **Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. 280 p.

MARTIN, Cairto. Org. **Planalto: Revivendo histórias**. Santa Rosa: Café pequeno, 2014. 139p.

MELLER, Juliana; MELLER, Cleria Bitencorte, RACH, Sabrina da Veiga; HAAB. **Diagnóstico Socioambiental da Microbacia do Arroio Pessegueirinho, Santa Rosa, Rio Grande do Sul**. Anais da III Mostra de Educação Profissional e Tecnológica III Seminário de Ensino, Pesquisa E Extensão II Ciclo de Educação Científica E Tecnológica. Santa Rosa, RS: Instituto Federal Farroupilha, 2012. V. 1. P. 194-201.

MORAES, Bruno Emílio; MACHADO, Carlos R.S. **Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia: Contribuições à sociologia e à educação ambiental a partir de Henri Lefebvre**. NORUS – v4, n.6, p.116-137, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/9246/6593>

PPGEA. **Projeto pedagógico do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental**. Rio Grande: FURG. 2011. 76p.

RODRIGUES, Débora. **Sulina: olhares que fazem história**. Santa Rosa: Café pequeno, 2016. 170p.

SANTOS, Caio Floriano dos; GONÇALVES, Leonardo Dorneles; MACHADO, Carlos RS, **“Educação Ambiental para Justiça Ambiental: Dando mais uns passos”**. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, v.32, n.1, p.189-208, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5016/3268/>.

SVAMPA, Maristella. **Consenso das Commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina**. Revista OSAL – Observatorio Social de América Latina CLACSO, n. 32, p.15-38. Buenos Aires. 2012. Disponível em: <http://maristellasvampa.net/archivos/ensayo59.pdf>

SHIVA, Vandana. **Guerras por água: Privatização, poluição e lucro**. Rio de Janeiro: Radical Livros, 2006. 178p.